



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

1 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2023, às 14 horas, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê
2 da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH rio das Velhas), por meio de vídeo conferência utilizando da plataforma
3 Teams Meeting ([link de acesso à reunião plenária](#)) para participarem da 122ª Reunião Plenária Ordinária do CBH rio
4 das Velhas. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento – Instituto Estadual
5 de Florestas (IEF); Éder Antônio da Silva Rocha – EMATER; Maria de Lourdes Amaral Nascimento – Instituto Mineiro
6 de Gestão das Águas (IGAM); Wander Dias Bicalho - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas
7 Gerais (IDENE); Gustavo de Oliveira Celestino – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
8 (IEPHA); Lucas Marques Pessoa – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
9 de Minas Gerais (ARSAE); Leandro Vaz Pereira – Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas
10 (CORESAB); Francisco de Assis Gonzaga da Silva - Município de Ouro Preto; Poliana Aparecida Valgas de Carvalho –
11 Prefeitura de Jequitibá; Germânia Florência Pereira Gonçalves – Prefeitura de Pedro Leopoldo; Frederico Arthur Souza
12 Leite – Prefeitura de Itabirito; Alexandre Henrique Souza de Castro – Prefeitura de Nova União; Guilherme da Silva
13 Oliveira – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Nelson Cunha Guimarães –
14 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Heloisa Cristina França Cavallieri – Serviço Autônomo de
15 Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Fernanda Diniz Lima – Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Valter Vilela
16 Cunha – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-MG); Rodrigo Silva Lemos – Instituto Guaicuy;
17 Ronald de Carvalho Guerra – Associação Quadrilátero das Águas (AQUA); José de Castro Procópio – Associação de
18 Desenvolvimento de Artes e Ofícios (ADAO). **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:** Rosa Maria Cruz
19 Laender Costa – Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Antônio André Pereira Dias – Polícia Militar de Minas
20 Gerais (PMMG); Sebastião Orlando Martins da Silva – Prefeitura de Funilândia; Higor Suzuki Lima – Prefeitura de Nova
21 Lima; Humberto Fernando Martins Marques – Prefeitura de Belo Horizonte; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – VALE
22 S.A; Humberto Guimarães Quiossa – Gerdau Açominas S/A; Kênia Janete Guerra – Anglo Gold Ashanti Córrego do Sítio
23 Mineração; Michaely Kenedy de Jesus Reis – CSN Cimentos Brasil S.A; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo –
24 Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (MACACA); Tarcísio de Paula Cardoso – Associação Comunitária
25 dos Chacareiros do Maravilha (ACOMCHAMA); Cecília Rute de Andrade Silva – ONG Conviverde; Brenda Samara Barros
26 Pereira - Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC-CBH); Leonardo José de
27 Resende Teixeira - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). **Participaram também:**
28 Daniel Brito, Dimas Correa, Ohany Vasconcelos, Wolmara Teixeira, Rúbia Mansur, Elba Alves, João Paulo Coimbra,
29 Flávia Mendes – Agência Peixe Vivo (APV); Giuliane Portes, Thiago Santana, Michael Jacks, Lucas Berbert, Jeane Sabrina
30 Maia, Vladmir Rabelo Lobato e Silva – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Luiz Ribeiro, Paulo Vilela, Paulo
31 Barcala - Tanto Expresso Comunicação; Raquel Rossinni - Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha
32 (ACOMCHAMA). Pautas discutidas: **Item 1.** Abertura, orientações e verificação de quórum; **Item 2.** Informes: a)
33 Relatório Conclusivo referente a execução do Programa de Trabalho CG nº 003/2017 – Exercício 2022; b) Questionário
34 gestão do conhecimento; c) Encontro de Subcomitês – 2023; d) Revisão do enquadramento dos cursos d’água em
35 classes; e) Diretora Geral da Agência Peixe Vivo; f) Comunicado Igam nº 02/2023 – Análise processos de outorga. **Item**
36 **3.** Aprovação da minuta da ata da reunião ordinária realizada em 29/06/2023. **Item 4.** Aprovação da DN ad referendum
37 nº 37/2023 - Aprova a indicação de representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas na reunião das
38 Comissões do Colegiado Coordenador do FNCBH e no XXV ENCOB 2023 em Natal/RN; **Item 5.** Aprovação da DN ad
39 referendum nº 38/2023 - Aprova a criação de Grupo de Trabalho para avaliar o Processo de Outorga nº 33972/2020
40 requerido pela GEMMA QUARTIZITOS LTDA; **Item 6.** Composição das Câmaras Técnicas (CTIL, CTOC, CTECOM e CTPC);
41 Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) e Diretoria Ampliada do CBH rio das Velhas. **Item 7.**
42 Encerramento. **Item 1. Abertura, orientações e verificação de quórum.** Poliana Valgas, Presidenta do CBH rio das
43 Velhas, dá início a 122ª Reunião Plenária, cumprimentando a todos e todas e destacando o fato de ser a primeira
44 reunião desta gestão, que tem mandato até o ano de 2027. Dá as boas-vindas aos novos conselheiros, e deseja que
45 todos tenham um bom trabalho nesse período, lembrando que este é um comitê maduro que sempre se pauta pela
46 ética e pelo respeito mesmo em momentos de divergência. Em seguida, justifica a ausência do secretário Renato
47 Constâncio e informa que essa reunião será secretariada pela secretária adjunta, Heloísa França. Poliana Valgas alerta
48 a todos que, ao final desta reunião ordinária, se iniciará uma reunião extraordinária, com pauta única, visando a
49 deliberação de um processo de outorga. Ohany Vasconcelos realiza chamada nominal para checagem de quórum.
50 Dando seguimento à reunião, inicia-se o **Item 2. Informes: a) Relatório Conclusivo referente a execução do Programa**
51 **de Trabalho CG nº 003/2017 – Exercício 2022.** Ohany Ferreira explica que o relatório, elaborado pelo Igam, avalia o
52 cumprimento das metas estipuladas no contrato de gestão pela Agência Peixe Vivo. Diz que é encaminhada uma
53 versão preliminar e a APV tem a oportunidade de apresentar eventuais justificativas, antes do recebimento do
54 relatório conclusivo. Todo o processo é acompanhado pelo GACG. O relatório referente ao ano de 2022 já está



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

55 disponível no site. Ohany Ferreira apresenta alguns pontos do relatório conclusivo, ao qual a nota que a Agência
56 recebeu (9.1) está vinculada a um conceito ótimo, o que vem ocorrendo desde 2018. Em 2021 a nota foi maior (10),
57 pois houve pontuação no indicador de gestão proativa, que é a capacidade de a Agência se articular e buscar
58 investimentos diferentes da cobrança pelo uso da água. Lembra que em 2021 a Agência firmou contratos com a Coca
59 Cola e a The Nature Conservancy (TNC) para pagamentos por serviços ambientais (PSA) na Unidade Territorial
60 Estratégica (UTE) Itabirito. Esses contratos se desdobraram em ações nos anos de 2021 e 2022, mas a pontuação vale
61 somente para o ano em que o contrato foi firmado (2021). De todo modo, o indicador mencionado gera uma
62 pontuação extra, se atingido, mas não retira pontos. **b) Questionário gestão do conhecimento.** Ohany Ferreira explica
63 que este questionário, elaborado pela Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas
64 (GEABE IGAM), faz parte do indicador Secretaria Executiva do plano de trabalho do contrato de gestão e seu objetivo
65 é colher informações para a elaboração de um planejamento eficiente de capacitação voltado para os conselheiros do
66 comitê. Esse questionário foi enviado no dia 24 de outubro e deverá ser respondido até o dia 24 de novembro, para
67 que a APV compile as informações e envie ao IGAM. Rodrigo Lemos diz que enviou um e-mail com sugestões relativas
68 ao questionário. Considera importante esse tipo de informação, para que se possa identificar quais lacunas precisam
69 ser completadas, e lembra que é o início de uma nova gestão do comitê, e é importante aproveitar este momento e
70 ter um processo de formação contínua. **c) Encontro de Subcomitês – 2023.** Poliana Valgas esclarece que anualmente
71 é realizado o Encontro de Subcomitês, um encontro presencial com a presença dos coordenadores dos subcomitês,
72 representantes das câmaras técnicas e da diretoria do comitê. Este encontro é um momento de fortalecimento dos
73 subcomitês, por meio de integração e troca de experiências. O evento será realizado no fim de novembro, em Pirapora.
74 **d) Revisão do enquadramento dos cursos d'água em classes.** João Paulo Coimbra, Coordenador Técnico da APV, faz
75 breve apresentação do contrato para elaboração de proposta de enquadramento dos corpos de água superficiais e
76 proposta conceitual para a implantação de um programa de monitoramento das águas subterrâneas, envolvendo as
77 bacias hidrográficas do rio das Velhas e dos rios Jequitaiá-Pacuí. A empresa que está prestando os serviços é a Ecoplan
78 Engenharia Ltda, cuja ordem de serviço foi assinada no dia 10 de agosto, e contrato no valor de R\$1.659.445,18 com
79 vigência de 19 meses, tendo como fonte de recursos a cobrança na bacia rio São Francisco. São esperados 07 produtos,
80 dentre plano de trabalho (entregue e aprovado); diagnósticos; prognósticos; propostas de metas relativas às
81 alternativas de enquadramento; programa de efetivação de enquadramento; proposta conceitual para implantação
82 de um programa de monitoramento de águas subterrâneas e relatórios finais. Existe um grupo de acompanhamento
83 técnico (GAT) com participação de representantes da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), IGAM,
84 instituições com cadeira pelo poder público municipal, usuários de água e sociedade civil, sendo coordenado pelo
85 conselheiro Valter Vilela. Maiores informações podem ser obtidas no link [SIGA CBHSF](#). João Coimbra destaca que todas
86 as etapas do processo serão participativas, com consultas e audiências públicas e nos próximos dias a Ecoplan fará
87 contato com a equipe de mobilização do CBH para articulação. Maria Teresa Corujo (Teca) solicita que a apresentação
88 seja compartilhada com todos os conselheiros e pede para ser incluída no *mailing* do GAT. Rodrigo Lemos também
89 pede para ser incluído no *mailing* para acompanhar os trabalhos. Destaca que este é provavelmente o instrumento de
90 gestão mais poderoso que se tem na dimensão dos recursos hídricos, uma vez que é a principal ponte para o
91 licenciamento, e até por isso, é um tema polêmico. Em resposta, Poliana Valgas aceita os pedidos de Maria Teresa e
92 Rodrigo Lemos, e diz que qualquer conselheiro pode acompanhar os trabalhos de revisão do enquadramento. Solicita
93 à Tanto Comunicação, empresa responsável pela comunicação e pela mobilização do comitê, para difundir
94 amplamente os trabalhos vinculados ao enquadramento. Como coordenador do GAT, Valter Vilela considera
95 importantes as participações de Rodrigo Lemos e Teca, destacando a interface entre enquadramento e licenciamento.
96 Reforça a necessidade de participação e acompanhamento do processo, uma vez que a função da empresa contratada
97 é somente executar o trabalho previsto no contrato, e o que ocorre depois se torna de responsabilidade do comitê.
98 **e) Diretora Geral da Agência Peixe Vivo.** Poliana Valgas recorda-se do período em que a APV atuou com uma diretora
99 geral interina, bem como do processo para seleção de uma nova diretora geral. Informa que a vencedora deste
100 processo foi Elba Alves, deseja-lhe boas-vindas. Elba Alves agradece, cumprimenta a todos, e conta um pouco de sua
101 história na gestão das águas. É economista formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas),
102 mestre em recursos hídricos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalhou na Bahia, onde foi Diretora e
103 Coordenadora na Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA), e Coordenadora no Instituto de Gestão
104 das Águas e Clima (INGÁ). Durante o tempo em que esteve na Bahia, foi muito ativa junto ao CBHSF, tendo sido
105 secretária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) deste comitê. Diz que é um prazer poder trabalhar na
106 APV, e se coloca à disposição. Poliana Valgas diz que existem muitos desafios tanto no CBHSF como no CBH do rio
107 Pará, mas cita a particularidade do CBH rio das Velhas, que são os subcomitês, estruturas distintas de qualquer outro
108 comitê. Heloisa França também parabeniza Elba Alves por ter sido selecionada a ocupar este cargo, destaca sua
109 postura e conduta profissional já bem conhecida. Ressalta a atuação de Berenice Coutinho, Gerente de Administração



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

110 e Finanças, que acumulou por 10 meses o cargo de Diretora Geral Interina. Rodrigo Lemos diz estar muito feliz com a
111 escolha de Elba Alves, e considera muito significativo esse momento, uma vez que, em se tratando de um modelo de
112 gestão participativa, descentralizado, tem duas lideranças com mulheres negras ocupando espaços de poder.
113 Francisco de Assis concorda com Rodrigo, considerando que este é mais um momento que contribui para legitimar
114 esperanças. Diz que está à disposição para somar, e convida Elba Alves a visitar Ouro Preto, conhecer as cabeceiras do
115 rio das Velhas, e poder traçar caminhos, projetos e ações. Ronald Guerra reforça as palavras de Rodrigo, lembra que
116 foi um processo muito truncado em sua origem, mas que no final, não houve nuances políticas e a seleção da Elba se
117 deu por um perfil técnico. Giuliane Portes também cumprimenta Elba, dá as boas-vindas e reforça o compromisso do
118 IGAM em prestar apoio técnico necessário. **f) Comunicado Igam nº 02/2023 – Análise processos de outorga.** Lucas
119 Berbert esclarece que esse comunicado trata de orientações sobre análise de processos de outorga não vinculados ao
120 licenciamento ambiental ou vinculados ao licenciamento ambiental simplificado inseridos nas bacias do rio das Velhas
121 e do rio Paracatu, ao qual decidiu-se por sobrestar todas as solicitações de outorga formalizadas na calha do rio das
122 Velhas. Esclarece que tal decisão se deu após ter sido realizado estudo de disponibilidade hídrica nas duas bacias
123 hidrográficas, sendo identificada a indisponibilidade hídrica de novas outorgas na calha do rio das Velhas. E informando
124 que, nos próximos meses estará disponível novo estudo de regionalização de vazões incluindo as sazonais, e
125 apresentará novas referências para análise da disponibilidade hídrica. Essa situação significa dizer que novas outorgas
126 na calha do rio das Velhas não serão analisadas no momento. Rodrigo Lemos lembra que o comitê já vem com esse
127 debate desde 2015. Inclusive, tendo formalizado essa situação com pedido de declaração de área de conflito, após os
128 resultados relativos à elaboração do plano diretor de recursos hídricos (PDRH) demonstrar essa dinâmica. Questiona
129 se o estudo de regionalização está sendo feito com recursos do CBHSF e recorda-se que já havia esse ajuste a partir
130 do PDRH, com um debate complexo dentro da CTOC do comitê. Lucas Berbert diz se lembrar do processo para
131 declaração da área de conflito, mas que no modelo atual seria inviável, pois envolveria toda a calha. Assim, o IGAM
132 está estudando qual seria a melhor forma para se trabalhar essa região, que não é grande, mas envolveria a bacia
133 inteira em processo único, e lembra que uma área de conflitos permitiria captar acima do limite de 50%, o que geraria
134 mais impactos do que benefícios. Maria Teresa Corujo diz estar preocupada com o fato de que os referidos processos
135 não estão vinculados aos processos de licenciamento ambiental, não envolvem as outorgas nos afluentes, que são
136 maioria, e nem as captações subterrâneas. Lucas Berbert esclarece que as outorgas vinculadas ao licenciamento não
137 serão sobrestadas, serão analisadas caso a caso e provavelmente indeferidas por indisponibilidade hídrica. Concorda
138 que não é uma solução, mas uma ação que está sendo feita enquanto novos estudos são aguardados. Heloísa França
139 e diz que essa discussão será levada à CTOC. **Item 3. Aprovação da minuta da ata da reunião ordinária realizada em**
140 **29/06/2023.** A ata é aprovada com abstenções dos representantes da Emater, IEPHA, Prefeitura de Nova Lima,
141 Prefeitura de Pedro Leopoldo, Prefeitura de Itabirito, Faemg, Gerdau, Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo,
142 MACACA, Instituto Guaicuy e ADAO por não terem participado da reunião. **Item 4. Aprovação da DN ad referendum**
143 **nº 37/2023 - Aprova a indicação de representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas na reunião das**
144 **Comissões do Colegiado Coordenador do FNCBH e no XXV ENCOB 2023 em Natal/RN.** Ohany Ferreira explica que toda
145 despesa que envolve o deslocamento de conselheiros do CBH para reuniões e eventos aos quais é convidado, deve
146 ser aprovado pelo plenário. Na última reunião foi aprovada uma deliberação “guarda-chuva” que permite que até 2
147 conselheiros possam participar desses eventos com indicação direta da diretoria do comitê, mas um número maior do
148 que 2 exige deliberação específica. Por entender o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) se
149 trata de um evento muito importante, a diretoria decidiu pelo custeio de 4 representantes do CBH no evento. Assim,
150 convites foram feitos aos conselheiros, e os interessados se manifestaram por e-mail, onde 3 foram sorteados, sendo
151 custeados para participar deste evento. Os conselheiros sorteados foram Heloísa Cristina França Cavallieri (SAAE
152 Itabirito); Brenda Samara Barros Pereira (FONASC CBH) e Sebastião Orlando Martins da Silva (Prefeitura Municipal de
153 Funilândia), além da Presidenta Poliana Valgas que representou o Comitê na reunião das Comissões do Colegiado
154 Coordenador do FNCBH, que acontece durante o Encob. Ronald Guerra informa que também participou do evento
155 representando a Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco (CCR Alto SF), considerou o evento muito bom,
156 sendo o maior que já esteve e com boa representação. Cecília Rute diz que também esteve presente, representando
157 o vice-presidente do CBHSF, Marcus Vinicius Polignano. Diz que houve mais de 4 mil participantes e que o evento foi
158 organizado de forma poder ouvir um número muito maior de pessoas do que o que normalmente ocorre. Brenda
159 Barros diz que a metodologia lhe chamou a atenção e houve um estímulo muito grande para o diálogo entre os
160 presentes, conhecer experiências de outros comitês. Comenta sobre a discussão em relação à falta de comunicação e
161 diálogo dos comitês com a população. Nesse sentido as experiências do CBH Rio das Velhas sempre são citadas, pois
162 é um comitê ativo em seu site, redes sociais e mobilização social. Colocada em votação, a Deliberação é aprovada por
163 unanimidade. **Item 5. Aprovação da DN ad referendum nº 38/2023 - Aprova a criação de Grupo de Trabalho para**
164 **avaliar o Processo de Outorga nº 33972/2020 requerido pela GEMMA QUARTIZITOS LTDA.** Heloísa França esclarece



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

165 que o comitê recebeu no dia 28 de agosto um processo de outorga para análise. Contudo, naquele momento a CTOC
166 não poderia ser convocada para analisar o processo, pois faltavam poucos dias para a posse do novo mandato do
167 plenário, o que tornaria a câmara inativa até que houvesse convocação para a indicação de novos conselheiros. Em
168 função do prazo legal para análise do processo (60 dias) a presidenta do comitê decidiu *Ad Referendum* criar um grupo
169 de trabalho especificamente para tratar a questão, decisão essa que precisa ser levada para o plenário. Esse grupo
170 concluiu os trabalhos hoje, e fará sua apresentação na plenária extraordinária, que virá na sequência. Em votação, a
171 DN é aprovada por unanimidade. **Item 6. Composição das Câmaras Técnicas (CTIL, CTOC, CTECOM e CTPC); GACG e**
172 **Diretoria Ampliada do CBH rio das Velhas.** Poliana Valgas esclarece que tendo o plenário tomado posse para a gestão
173 2023-2027, é necessária a recomposição das câmaras técnicas, com a indicação de novos membros. Explica em termos
174 gerais as funções de cada instância; o número de cadeiras e a frequência habitual de reuniões. Lembra que um ofício
175 detalhado, bem como um modelo de carta de indicação, foi enviado junto à convocação dessa reunião, e que alguns
176 conselheiros já se manifestaram. Assim, os conselheiros receberão um novo e-mail com essas informações, bem como
177 cada um que já se manifestou, tanto anteriormente como nesta plenária, reforçando a necessidade do envio da carta
178 de indicação. Em seguida, será definida uma data para a reunião de instalação de cada uma das câmaras e do GACG,
179 que será convocada observando os prazos regimentais. Com o apoio da Agência Peixe Vivo são colhidas manifestações
180 de interesse das instituições para composição das Câmaras Técnicas e do GACG. Na sequência, Poliana Valgas
181 apresenta os conselheiros (as) que foram convidados a compor a Diretoria Ampliada do CBH rio das Velhas, a saber:
182 João Paulo Sarmento, como representante do Poder Público Estadual; Francisco de Assis, como representante do
183 Poder Público Municipal; Valter Vilela e José de Castro Procópio, como representantes da sociedade civil. Comenta
184 que a composição da Diretoria conta com 2 representantes do segmento usuários de recursos hídricos, Renato
185 Constâncio (CEMIG) e Heloísa França (SAAE Itabirito). Não havendo mais assuntos a serem discutidos, **a 122ª reunião**
186 **ordinária é encerrada pela Presidenta Poliana Valgas que logo em seguida declara aberta a Plenária Extraordinária.**
187 **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** João Paulo Mello Rodrigues Sarmento – Instituto Estadual de
188 Florestas (IEF); Éder Antônio da Silva Rocha – EMATER; Maria de Lourdes Amaral Nascimento – Instituto Mineiro de
189 Gestão das Águas (IGAM); Wander Dias Bicalho - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
190 (IDENE); Gustavo de Oliveira Celestino – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA);
191 Lucas Marques Pessoa – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas
192 Gerais (ARSAE); Francisco de Assis Gonzaga da Silva - Município de Ouro Preto; Poliana Aparecida Valgas de Carvalho
193 – Prefeitura de Jequitibá; Germânia Florência Pereira Gonçalves – Prefeitura de Pedro Leopoldo; Frederico Arthur
194 Souza Leite – Prefeitura de Itabirito; Alexandre Henrique Souza de Castro – Prefeitura de Nova União; Heloisa Cristina
195 França Cavallieri – Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Maurílio Soares Guimarães – Sindicato
196 dos Produtores Rurais de Curvelo; Valter Vilela Cunha – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
197 (ABES-MG); Rodrigo Silva Lemos – Instituto Guaicuy; Ronald de Carvalho Guerra – Associação Quadrilátero das Águas
198 (AQUA); José de Castro Procópio – Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios (ADAO). **Participaram os**
199 **seguintes conselheiros suplentes:** Rosa Maria Cruz Laender Costa – Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM);
200 Antônio André Pereira Dias – Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sebastião Orlando Martins da Silva – Prefeitura
201 de Funilândia; Higor Suzuki Lima – Prefeitura de Nova Lima; Humberto Fernando Martins Marques – Prefeitura de Belo
202 Horizonte; Hélio Coelho da Silva – Prefeitura de Baldim; Marcos Motta Vidigal – Sindicato Intermunicipal das Empresas
203 de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia do Estado de Minas Gerais (SINGTD); Luiz Cláudio de Castro
204 Figueiredo – VALE S.A; Humberto Guimarães Quiossa – Gerdau Açominas S/A; Kênia Janete Guerra – Anglo Gold
205 Ashanti Córrego do Sítio Mineração; Michaely Kenedy de Jesus Reis – CSN Cimentos Brasil S.A; Maria Teresa Viana de
206 Freitas Corujo – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (MACACA); Tarcísio de Paula Cardoso – Associação
207 Comunitária dos Chacareiros do Maravilha (ACOMCHAMA); Cecília Rute de Andrade Silva – ONG Conviverde; Brenda
208 Samara Barros Pereira - Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC-CBH); Leonardo
209 José de Resende Teixeira - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). **Participaram**
210 **também:** Daniel de Brito, Dimas Correa, Ohany Vasconcelos, Wolmara Teixeira, Rúbia Mansur, Elba Alves, João Paulo
211 Coimbra, Flávia Mendes – Agência Peixe Vivo (APV); Giuliane Portes, Pâmela Desirré Bernardes, Thiago Santana,
212 Michael Jacks, Lucas Berbert, Jeane Sabrina Maia, Vladimir Rabelo Lobato e Silva – Instituto Mineiro de Gestão das
213 Águas (IGAM); Luiz Ribeiro, Paulo Vilela, Paulo Barcala - Tanto Comunicação; Ana Carolina Pereira, Victorio Semionato,
214 Samuel Oliveira e Gilmar – Gemma Brazil; Raquel Rossinni - Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha
215 (ACOMCHAMA). Pautas discutidas: **Item 1.** Abertura, e verificação de quórum; **Item 2.** Avaliação do Processo de
216 outorga de grande porte nº 33972/2020. Município: Datas/MG. Cursos d'água: Afluentes do Córrego Poço Fundo.
217 Requerente: GEMMA QUARTIZITOS LTDA. **Item 3.** Assuntos gerais e encerramento. Após chamada para verificação de
218 quórum, Heloísa França Cavallieri explica que a reunião extraordinária tem por objetivo deliberar acerca do processo
219 de outorga de grande porte nº 33972/2020. Lembra que esse processo foi avaliado pelo grupo de trabalho (GT) criado

ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

220 especificamente para esse fim. Contextualiza que o processo foi encaminhado ao CBH Rio das Velhas no dia 28 de
221 agosto, com o prazo para deliberação se encerrando em 26 de outubro de 2023, durante o período de transição entre
222 os mandatos do comitê, tendo o GT se reunido pela primeira vez em 26 de setembro. Informa que o pedido de outorga
223 em questão é para canalização de 45,65 metros, com objetivo de conter e/ou impedir os sedimentos sólidos da lavra
224 existente próxima ao curso d'água da bacia do Córrego Poço Fundo. A equipe técnica da Unidade Regional de Gestão
225 das Águas Triângulo Mineiro (URGA TM) concluiu pelo deferimento técnico do processo na modalidade de autorização,
226 desde que atendidas as condicionantes, com validade de dez anos. O GT do CBH Rio das Velhas fez as seguintes
227 observações: após a análise do processo e apresentação da requerente, foi questionado sobre a presença de nascente
228 no local da intervenção, muito embora o contexto geomorfológico do local indique que sim; após a análise do processo
229 e apresentação da requerente, não foi esclarecido se trata-se de um curso d'água efêmero ou intermitente; há uma
230 aparente divergência entre o tempo de recorrência dos cálculos realizados pelo empreendedor (período de 10 anos)
231 e o solicitado no parecer técnico do IGAM (IGAM) (período de 50 anos); a intervenção requerida já está 100%
232 concluída, por força de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), quando do envio do processo para análise e
233 deliberação do CBH rio das Velhas, segundo representantes do interessado; há uma aparente divergência de datas
234 entre o TAC e o processo de outorga; não foi possível avaliar se a justificativa apresentada para a canalização de curso
235 d'água em área rural de cabeceira é a melhor alternativa para evitar a contaminação do curso d'água por sedimentos
236 oriundos da própria atividade da mineração. Completa que, diante da situação apresentada, foi realizada reunião junto
237 à diretoria do CBH Rio das Velhas para que tomassem ciência dos fatos. Além disso, a visita técnica que habitualmente
238 ocorre não foi realizada, pois seria difícil mobilizar os conselheiros em tempo hábil para a viagem. Nova reunião do GT
239 foi realizada em 16 de outubro, contudo, as dúvidas levantadas não foram esclarecidas pelas técnicas da URGA/IGAM
240 presentes e, além disso, as técnicas possuíam restrições de agenda, impossibilitando a realização de nova reunião em
241 tempo hábil para a conclusão do processo no âmbito do CBH rio das Velhas. Assim, o GT concluiu pelo indeferimento
242 do processo. Em seguida, Heloísa França passa a palavra para Rodrigo Lemos, que fez parte do GT, complementar as
243 informações. Rodrigo Lemos alerta que esse processo é diferente dos outros que o comitê recebe para julgamento.
244 Diz que se trata de um processo técnico com anotação de responsabilidade técnica (ART) que não estava vinculada
245 materialmente ao estudo que é demandado para o processo de outorga. Faltaram informações como, por exemplo, a
246 tipologia da outorga. Então, reforçando a fala da Secretária Adjunta do CBH, diz que é necessário completar os estudos
247 apresentados, anexando a ART. Informa que a empresa apresentou informações complementares no dia anterior a
248 essa reunião, mas sem a vinculação à ART. Fala que pelo fato de as reuniões terem deixado mais dúvidas do respostas,
249 buscou informações em outros documentos e teve acesso ao referido TAC, e aos autos de infração que originaram o
250 documento. Explica que é uma intervenção que já estava sob julgo dentro de um TAC que não cita canalização, mas
251 sim soterramento e intervenção em canal fluvial. Ressalta que sua intenção é reforçar ao plenário que canalização de
252 curso d'água é uma intervenção que apenas deve ser permitida e orientada nas situações em que é extremamente
253 necessária. Entende que na situação em debate, uma canalização de um curso d'água de primeira ordem, em área
254 rural, não vai resolver um problema de qualidade de água e o próprio TAC e outros documentos já indicavam
255 alternativas. Fala que o empreendedor afirma que a solicitação da outorga se justifica pela necessidade de canalização
256 a ser executada em uma área privada pertencente à empresa Gemma Quartzitos devido ao desenvolvimento da
257 atividade, onde os limites da extração abrangem o curso d'água. Na reunião, que contou com a participação dos
258 representantes do empreendedor, foi informado que essa canalização foi uma solução imediata para os rejeitos da
259 empresa que estavam sendo carreados ao rio, principalmente no período chuvoso. Por fim, faz a seguinte provocação:
260 avaliar o papel discricionário do CBH Rio das Velhas no processo de autorização e de reconhecimento de uma
261 autorização ambiental. Diz que o empreendedor indicou que o material citado no processo não decantava, mas lembra
262 que existem processo de tratamento, de qualidade, de floculação e várias outras questões, mas infelizmente não foi
263 possível entrar neste debate. Entende que poderia haver diferentes possibilidades, mas se depois de 2 reuniões
264 restaram muitas dúvidas, dentro de um processo que está regulamentado por um TAC, o GT recomendou o
265 indeferimento do processo. Poliana Valgas agradece as considerações e diz que a diretoria foi comunicada sobre o
266 andamento do processo e apoia o trabalho e o posicionamento do GT. Diz que tem sido recorrente o comitê receber
267 processos de outorga com intervenções já consolidadas, o que traz outros problemas. Mas sobre o processo em questão,
268 existem muitas dúvidas a serem sanadas e esclarecimentos a serem feitos. Em seguida, pede aos representantes da
269 empresa que se manifestem. Victório Semionato, sócio proprietário da empresa agradece a oportunidade de prestar
270 os esclarecimentos necessários. Considera equivocados alguns dos comentários feitos anteriormente, convida a todos
271 os presentes a visitarem o empreendimento, que é referência na região de Datas, em Diamantina, pela seriedade com
272 que conduz todos os trabalhos, tanto sob o ponto de vista de exploração, do ponto de vista ambiental, do ponto de
273 vista de segurança do trabalho, atendendo as exigências não só da Agência de Nacional de Mineração (ANM), como
274 também da SUPRAM (Superintendência Regional de Meio Ambiente) local. Por fim, pede que os técnicos de sua



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

275 empresa comentem os trabalhos realizados, com os fundamentos que levaram ao IGAM dar o parecer favorável ao
276 empreendimento, e assim sanar todas as dúvidas. Cecília Rute entende que o empreendedor teve duas reuniões com
277 o GT para responder a essas questões, não sendo possível iniciar a discussão, para não comprometer o prazo legal
278 para devolução do processo. Além disso, fala que o IGAM não esteve presente em nenhuma das reuniões citadas para
279 comentar seu parecer. Heloísa França retifica que Pâmela Bernardes e Patrícia Costa participaram da segunda reunião
280 representando o IGAM, mas não são as analistas responsáveis pelo processo de outorga. Samuel Oliveira,
281 representante da Gemma Quartizitos, informa que a documentação complementar solicitada pelos conselheiros foi
282 enviada no dia 24/11 no período da tarde. Pâmela Bernardes entende a função do grupo técnico de apoio com relação
283 à decisão do plenário, mas diz que é fundamental dar a oportunidade de fala ao empreendedor e ao IGAM para
284 apresentar seu parecer, uma vez que nem todos os que estão presentes na plenária acompanharam as reuniões do
285 GT. Vladimir Lobato, se apresenta como assessor regimental no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), e
286 pergunta se, em caso de recurso relativo às decisões do comitê, este é submetido ao CERH, uma vez que o comitê
287 seria a primeira instância. Reforça que a matéria foi discutida no GT, mas nem todos os conselheiros do plenário fazem
288 parte do grupo, e não teriam a possibilidade de ouvir os argumentos da empresa, havendo assim claro prejuízo ao
289 processo. Poliana Valgas informa que haverá espaço para o debate, respeitada a ordem de pedidos de manifestação.
290 Reforça que o CBH Rio das Velhas é pautado por uma postura descentralizada e transparente e destaca o importante
291 papel do grupo de trabalho. Em discussão, José de Castro Procópio entende que a entrada deste processo no CBH Rio
292 das Velhas pode ter se dado de forma irregular e em vários casos, quando vê uma obra de uma canalização concluída,
293 como se mostra no documento, ao que parece após o TAC, as dúvidas são muito maiores que as respostas. Considera
294 esse um precedente grave, que não pode se tornar uma prática. Questiona se houve alguma multa aplicada ao
295 empreendedor. Lembra que o Ministério Público não faz autuação, mas pode firmar um TAC dentro da norma legal. E
296 se a norma legal exige outorga, nenhuma obra poderia ser realizada antes de ela ser concedida. Contudo, concluir
297 obras antes da concessão da outorga tem sido recorrente no Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Considera que,
298 se o comitê começar a liberar esse modelo de canalização, pode se tornar um tipo de solução a se espalhar com o
299 pedido de um TAC. Maria Teresa Corujo considera muito claras as manifestações de Heloísa e Rodrigo. Entende que a
300 deliberação precisa ser feita a partir do que foi apresentado e discutido até a data de hoje. A respeito do processo de
301 outorga em questão, diz que o que se tem em mãos é o que já foi avaliado dentro do rito que já é praxe no comitê de
302 bacia hidrográfica, assim como ocorre no COPAM e no CERH. Nesses colegiados o conselheiro recebe um parecer
303 único do Estado sobre alguma questão técnica, que passa pelas câmaras técnicas. E os conselheiros não discutem os
304 processos nas plenárias sem considerar os trabalhos das câmaras técnicas. O empreendedor tem o direito de falar e
305 deve falar a este plenário, mas os conselheiros não podem esquecer que tem a posição de um GT criado para atender
306 a demanda de se manifestar sobre a outorga. Considera as razões para o indeferimento são claras. Ana Carolina
307 Pereira, representante do empreendedor, esclarece que informações complementares solicitadas foram enviadas.
308 Informa que as condicionantes do empreendimento constam no TAC e envolvem monitoramento de qualidade e as
309 análises mostram padrões dentro dos limites permitidos pela legislação. O relatório contendo esses resultados foram
310 enviados para os conselheiros. Ana Carolina diz que existe um sistema de drenagem efetivo, bacia de decantação e
311 canais de escoamento. Quanto à nascente, diz que ela é intermitente e que se fosse um curso d'água pluvial, talvez
312 não fosse necessário realizar a canalização. Além disso, comenta que a lavra está próxima ao curso d'água, que por
313 sua vez sofre alguns reflexos dessa exploração. Então, algumas medidas mitigadoras são necessárias. Ana Carolina
314 explica também que no sistema era possível ver a existência de um processo do IGAM, mas não estava disponível para
315 a empresa, e por esse motivo não foi enviado ao comitê. O empreendimento esteve irregular em um certo momento,
316 e quando perceberam essa situação, se prontificou a tomar as medidas necessárias, que era retirar todo o material
317 que estava assoreando o rio, e providenciar a canalização. O TAC foi gerado a partir da fiscalização dessa intervenção,
318 que nesse momento já se encontrava concluída. E até por isso o TAC foi proposto como condicionante. Em seguida,
319 Pâmela Bernardes faz uma apresentação que resume o parecer do IGAM. Contextualiza a área de drenagem, é um
320 total de 0,05km², e a Q_{7,10} é estimada em 0,2 litros por segundo. De acordo com a DN CERH nº 09/2004, caso o objeto
321 da solicitação fosse uma captação, estaria bem abaixo do que é considerada uma captação insignificante, que é de 1
322 litros por segundo. Quanto ao preenchimento do formulário de intervenção para formalização do processo de outorga,
323 o empreendedor informou que a intervenção já estava concluída. E quando isso ocorre, a legislação diz que, além da
324 regularização, é passível de autuação, e isso vai ocorrer. Explica que toda canalização fechada é considerada de grande
325 porte e potencial poluidor, devendo ser encaminhada para apreciação do comitê de bacia hidrográfica. Quanto à
326 citação das condicionantes, uma delas é o empreendedor apresentar o memorial de cálculo de averiguação de vazão
327 máxima de projeto para um período de retorno de 50 anos e comprovar que essa intervenção foi realmente construída
328 com esses preceitos. E a justificativa da outorga é devido ao desenvolvimento da atividade, em uma área que já
329 pertence à empresa, e evitar o carreamento de sedimentos sólidos aos recursos hídricos e consequentemente sua



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

330 contaminação. Lembra que não existem usuários outorgados nem à montante, nem à jusante. Logo, com base nos
331 dados apresentados, a URGA é favorável ao deferimento do processo com as condicionantes. Por fim, ressalta que a
332 outorga não dispensa a obtenção de outras licenças legalmente exigíveis, e a questão da nascente deve ser observada
333 a partir da legislação que envolve intervenção ambiental, sendo todas elas levantadas no licenciamento. Reforça que
334 o empreendedor diz que avaliou alternativas, mas a canalização era a mais adequada. A intervenção ocorreu sem
335 regulamentação anterior, o que está ocorrendo de forma posterior por meio de TAC e autuação. Vladimir Lobato
336 retoma a palavra e esclarece que não existe nenhuma previsão legal que impeça a apreciação de uma outorga já
337 implantada. Contudo, a legislação estabelece penalidades quando a regularização ocorre posteriormente, sendo que
338 o próprio TAC já prevê a formalização do processo de outorga. Por outro lado, como houve um ilícito administrativo,
339 o empreendedor será penalizado, sendo o auto de infração elaborado mais especificamente pelo fato de o
340 empreendimento ter sido implantado sem autorização do comitê de bacias hidrográficas. Caso o comitê ainda decida
341 pelo indeferimento do processo, o empreendedor pode recorrer ao CERH. Além disso, essa decisão pode acarretar
342 uma penalidade administrativa no sentido de retirada da estrutura, caso haja um indeferimento em última instância.
343 Então, é preciso avaliar qual seria o menor impacto para o recurso hídrico. Thiago Santana lembra que a outorga
344 precisa ser avaliada a partir dos 4 critérios que a DN CERH nº 31/2009, e entende que até o momento não houve
345 manifestações que levassem em consideração esses critérios. Lembra também que normalmente, 90% das
346 regularizações de intervenções em meio rural e/ou de pequenos agricultores advêm de infraestruturas já implantadas.
347 Reforça que, uma vez que as normas tenham sido desrespeitadas, as sanções cabíveis serão aplicadas, mas não
348 justifica inviabilizar ou restringir a regularização de qualquer intervenção. Explica ainda que a DN citada prevê a
349 participação do IGAM em todas as discussões das instâncias decisórias, e entende que grupo de trabalho não tem
350 poder decisório em nenhuma dessas instâncias. Por fim, diz ter ficado preocupado com o conceito tendencioso
351 colocado com a afirmação de que a diretoria ser contrária ao deferimento em apoio à decisão do GT. Ronald Guerra
352 entende que o que tem sido discutido não é o mérito do empreendimento. Erros foram apresentados, alguns deles
353 foram revisados, mas de todo modo surgiram muitas dúvidas. Na primeira reunião não houve acompanhamento da
354 técnica do IGAM e a participação auxilia muito a análise do GT. O que se está discutindo não é o deferimento ou
355 indeferimento em função de a intervenção já ter sido implantada, mas sim em relação às dúvidas levantadas e a
356 dificuldade em esclarecê-las devido ao tempo para devolução do processo. Na segunda reunião, inclusive, foi proposta
357 uma apresentação do técnico do IGAM, e o CBH foi informado que não seria possível por questões de agenda. Entende
358 que, caso o processo seja indeferido, o empreendedor poderá apresentar os esclarecimentos ao CERH. Rodrigo Lemos
359 entende que o processo chegou com pouca informação, e com informações dúbias. Logo, entende ser papel do
360 conselheiro buscar essas informações. Diz que durante a primeira reunião, perdeu-se muito tempo discutindo se de
361 fato era um curso d'água ou uma drenagem efêmera, por exemplo. Cita que, foi observado que o empreendedor já
362 havia sofrido diversas autuações anteriormente e que pelo menos duas autuações deram origem ao TAC. A primeira
363 foi pelo fato de a intervenção causar danos aos recursos hídricos, por soterramento, escavação do leito do curso
364 d'água, e não tem data precisa. A outra seria por provocar impacto negativo irreversível sobre a cavidade natural
365 subterrânea. Lembra que o TAC prevê que caso haja o descumprimento de qualquer de seus termos ou prazos,
366 implicará em suspensão total e imediata das atividades do empreendimento. Explica que está colocando essas
367 questões uma vez que ficou reconhecida aqui a irregularidade do processo junto ao TAC. Lembra que é um debate
368 antigo a questão das outorgas que chegam já concluídas, e existe um parecer jurídico elaborado pela APV destacando
369 as responsabilidades dos conselheiros. Diz que não se pode deixar passar o fato de que uma dimensão como essa,
370 com informações confusas, leva o comitê a um lugar de pouca capacidade para tomada de decisão. Fala que gostaria
371 que a discussão girasse em torno do padrão da intervenção, entender o porquê ela seria necessária, mas o debate
372 está girando em torno de um processo irregular, e ao perceber isso, é preciso ter coerência nas manifestações. Lembra
373 que os procedimentos adotados pelo CBH Rio das Velhas para avaliação das outorgas existem há quase 8 anos e é
374 coerente ao comitê reconhecer a limitação existente quanto ao processo em questão, e encaminhá-lo oficialmente ao
375 órgão responsável pelo TAC, e que este proceda com os encaminhamentos já estipulados. Vladimir Lobato esclarece
376 que o TAC foi emitido pela superintendência do SISEMA do Triângulo Mineiro, e somente ela pode analisar se ele foi
377 cumprido ou não. O IGAM não pode tomar nenhuma medida administrativa, somente o poder de polícia. Heloísa
378 França esclarece que o trabalho do GT não pode ser menosprezado, e que independente de qualquer consideração
379 que tenha sido realizada, o GT mantém a recomendação pelo indeferimento devido a divergência de informações e
380 dificuldade de entendimento. Afirma que se o CERH é uma instância superior, cabe o recurso a ele. Reitera os pontos
381 de dúvida. Poliana Valgas reitera que é muito comum o CBH Rio das Velhas receber processos de outorga de
382 empreendimentos que já estão consolidados, mas nem por isso esses processos são indeferidos. Logo, é importante
383 ficar claro que a recomendação do GT não tem relação com o fato de a intervenção estar ou não consolidada. Por
384 outro lado, mesmo que não haja legalidade, a situação é frustrante e desgastante para os conselheiros. Esclarece que



ATA DA 122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS REALIZADAS EM 25 DE OUTUBRO DE 2023

385 quando a diretoria diz que acompanha a decisão do GT, é por reconhecer o trabalho do grupo, que assim como as
386 demais câmaras técnicas, tem um papel importante de assessoramento ao plenário. Por fim, afirma que se o processo
387 recebido apresentasse o nível de dados e informações adequados, essa discussão não se prolongaria tanto. Maria de
388 Lourdes Nascimento informa que, caso o comitê indefira o processo, o empreendedor tem um prazo para pedir
389 reconsideração junto ao órgão ambiental. Com a reconsideração concedida, o processo retorna ao comitê, que a partir
390 daí tem um prazo de 10 dias para decidir, e caso o comitê reprove novamente, aí sim é encaminhado ao CERH. Aberta
391 a votação, a deliberação que indefere o Processo de outorga de grande porte nº 33972/2020 é aprovada com 12 votos
392 a favor e 5 votos contrários dos representantes do IGAM; IDENE; SINGTD; VALE S.A e AngloGold Ashanti - Córrego do
393 Sítio Mineração. O representante da Vale destaca a falta de parecer da Agência Peixe Vivo para o processo. Não
394 havendo mais assuntos a serem discutidos, a reunião é encerrada pela Presidenta Poliana Valgas.

Poliana Aparecida Valgas de Carvalho Neiva
Presidenta do CBH Rio das Velhas

Renato Junio Constâncio
Secretário do CBH Rio das Velhas